

## Área de concentração: **Direito Econômico, Financeiro e Tributário**

### Subárea: **Direito Tributário**

#### **ESPELHO DE CORREÇÃO**

##### Questão 1

- a. O candidato deverá discutir a questão da consideração econômica em dois níveis: (i) no tocante à interpretação das normas constitucionais que conferem competências tributárias, o candidato deverá reconhecer que a consideração econômica propõe que expressões empregadas pelo constituinte, mesmo na definição de competências tributárias, não necessariamente se confundem com institutos homônimos existentes no direito privado, confrontando-a com a doutrina que defende que a Constituição determina as competências tributárias por meio de conceitos de Direito Privado, implicando identificação das competências a partir dos institutos do último; (ii) no tocante à interpretação e aplicação da lei tributária, o candidato deverá explicar como a consideração econômica, enquanto método de interpretação teleológico, reconhece que o legislador tributário não está submetido ao Direito Privado, podendo criar seus institutos, mesmo com expressões que existam no Direito Privados, cotejando a visão de que o Direito Tributário, enquanto Direito de sobreposição, vincula-se a *categorias do Direito Privado*. (2,5 pontos)
- b. O candidato deverá definir os fundamentos e o conteúdo do princípio da segurança jurídica, na Constituição Federal de 1988, descrevendo o conteúdo dos ideais de cognoscibilidade, calculabilidade e confiabilidade. O candidato deverá relacionar esses ideais com as regras constitucionais de anterioridade tributária e irretroatividade tributária. Considerando-se esse contexto, o candidato deverá posicionar-se contrária ou favoravelmente à tipicidade cerrada, confrontando com a presença de cláusulas gerais e conceitos indeterminados no Ordenamento, indicando se a determinação conceitual deve ser vista como regra ou mero mandamento de otimização no Direito Tributário Brasileiro contemporâneo. (2,5 pontos)

##### Questão 2

- a. O candidato deverá discorrer sobre o processo de adoção do padrão contábil internacional pelo Brasil e o atual regime da Lei 12.973/14. O candidato deverá identificar as modificações nas fases de reconhecimento, mensuração e divulgação do resultado contábil, bem como os seus impactos relativamente ao IRPJ e à CSLL. Dentre os aspectos relevantes que podem ser abrangidos pela resposta estão: (i) a tributação de elementos de valor justo; (ii) a abrangência do art. 58 da Lei 12.973/14; (iii) as diferenças temporais e de escopo entre a tributação e a contabilidade; (iv) a adoção do princípio da independência da pessoa jurídica (*separate entity approach*), face à adoção da aproximação consolidada (*enterprise doctrine*) pela contabilidade. (2,5 pontos)
- b. O candidato deverá definir o conteúdo do princípio da realização da renda, relacionando-o com atos negociais. Em relação a esse aspecto, será especialmente valorado (mas não será exigido) o candidato que: (i) explicar a tributação dos chamados *windfall gains*, em face do princípio da realização da renda; (ii) esclarecer se o referido princípio efetivamente consubstancia princípio ou uma regra ou critério. Ademais, o candidato deverá buscar os fundamentos do princípio da realização da renda na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional, sendo relevantes referências ao princípio da capacidade contributiva, ao princípio da igualdade, ao princípio da segurança jurídica e ao conceito (ou tipo) de renda, em relação à Constituição, e ao conceito de renda do art. 43 do CTN. A previsão, no artigo 43 do CTN, do requisito da “disponibilidade” deve ser apontada como positivamente do referido princípio. (2,5 pontos)